



Da gestão à Política Educacional: princípios educacionais na formação de professores

From management to educational policy: educational principles in teacher training

De la gestión a la política educativa: principios educativos en la formación del profesorado

DOI: 10.55905/oelv22n12-089

Receipt of originals: 11/01/2024

Acceptance for publication: 11/25/2024

Simone Matia da Silva

Especialista em Linguística e Análise do Discurso

Instituição: EEEFM Carlos Gomes

Endereço: Cacoal, Rondônia, Brasil

E-mail: teacher.simone.matia@gmail.com

Sérgio Nunes de Jesus

Doutor em Ciências da Linguagem

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

Endereço: Cacoal, Rondônia, Brasil

E-mail: grupo.pda.ifro@gmail.com

Felipe José Minervino Pacheco

Mestre em Direito

Instituição: Centro Universitário Maurício de Nassau - campus Cacoal

Endereço: Cacoal, Rondônia, Brasil

E-mail: direitoenossapraia@gmail.com

Juliana dos Santos Figueiredo

Mestre em História e Estudos Culturais

Instituição: Prefeitura Municipal de Rolim de Moura

Endereço: Rolim de Moura, Rondônia, Brasil

E-mail: julianatutorauab@gmail.com

Marcos Paulo Soares da Silva

Mestrando em Educação Profissional do Programa de Pós-Graduação em Educação

Instituição: Profissional e Tecnológica - ProfEPT (IFRO)

Endereço: Porto Velho, Rondônia, Brasil

E-mail: ascomplica@hotmail.com

Cristiane Cardoso da Silva

Especialista em Tradução e Interpretação de Libras
Instituição: Secretaria Municipal de Educação
Endereço: Pimenta Bueno, Rondônia, Brasil
E-mail: cc4367699@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar o percurso no processo de gestão por meio das políticas públicas educacionais, que visem como princípios as reformas da educação com base na prática do ensino e na formação de professores. Como caminhos norteadores, tomou-se como base as disciplinas no curso de Pós-Gaduação *Lato-Sensu* em Gestão Organizacional: Políticas e Gestão Escolar, ofertado pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, *campus* Cacoal – UNIR. Nessa perspectiva, as abordagens partem da premissa das reformas educacionais que passou o cenário brasileiro, por meio do papel da escola enquanto aparelho ideológico de estado, visto que, representa a administração pública. Assim, compreender os princípios norteadores que regem a Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) como política educacional é importante para tentar explicitar o papel do professor, haja vista sua formação para a docência, no percurso ensino-aprendizado na relação existente entre professor-aluno no ambiente escolar.

Palavras-chave: Gestão Organizacional, Políticas Públicas, Formação de Professores.

ABSTRACT

The aim of this text is to address the management process through public educational policies that aim to reform education based on teaching practice and teacher training. From this perspective, the approaches start from the premise of the educational reforms that the Brazilian scenario has undergone, through the role of the school as an ideological apparatus of the state, since it represents public administration. Thus, understanding the guiding principles that govern the National Guidelines and Bases Law (LDB) as an educational policy is important for explaining the role of the teacher, given their training for teaching, in the teaching-learning path in the existing teacher-student relationship in the school environment.

Keywords: Organizational Management, Public Policy, Teacher training.

RESUMEN

El objetivo de este texto es abordar el proceso de gestión a través de las políticas públicas educativas que pretenden reformar la educación a partir de la práctica docente y la formación de profesores. Desde esta perspectiva, los abordajes parten de la premisa de las reformas educativas por las que ha pasado el escenario brasileño, a través del papel de la escuela como aparato ideológico del Estado, ya que representa la administración pública. Así, la comprensión de los principios orientadores que rigen la Ley de Directrices y Bases Nacionales (LDB) como política educativa es importante para explicar el papel del profesor, dada su formación para la enseñanza, en la trayectoria de enseñanza-aprendizaje en la relación profesor-alumno existente en el ambiente escolar.

Palabras clave: Gestión Organizacional, Política Pública, Formación del Profesorado.

1 INTRODUÇÃO

Para que a democratização de uma nação se concretize, um dos princípios essenciais é a estruturação do processo educacional. O Brasil, desde seu período de colonização, contou com a alfabetização, por meio dos Jesuítas que representavam os interesses da Igreja Católica.

Do ponto de vista evolutivo, as reformas educacionais brasileiras passaram por modificações ao longo de sua solidificação. Como pontos significativos, destaca-se o século XX com a elaboração da primeira LDB 4.024/61, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a CFRB/1988 em seu Título VIII – Da Ordem Social, que trata em sua Seção I, Da Educação.

Para tanto, compreender o papel da escola na sociedade, bem como a importância da administração pública em suas atribuições, torna-se essencial, uma vez que, é por meio das políticas públicas em educação, que as mudanças ocorrem.

Sendo assim, a última versão adaptada da LDB 9.394/96 (2023), passa a nortear os caminhos a serem seguidos pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, enquanto política educacional. Os princípios partem dos pressupostos do orçamento, da estrutura, equipe gestora, formação de professores e responsabilidades da comunidade escolar. Cada um com seus direitos e deveres a cumprir, para que a ‘engrenagem’ da educação ocorra de fato na formação educacional do cidadão brasileiro.

Tão logo, discutir-se-á a relevância dessa gestão organizacional, que envolve o cenário social da educação e sua importância para a formação do sujeito enquanto ser pensante em sua prática cotidiana.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DA REFORMA PEDAGÓGICA: PRÁTICAS EDUCACIONAIS

Pensar a educação brasileira, requer a observação das reformas pedagógicas, as quais desempenharam influências nas práticas educacionais, que são desenvolvidas pelos educadores. Conforme aborda Imbernón, *et al* (2000, p. 141), acerca da finalidade da educação:

Uma das preocupações dos educadores e dos pesquisadores é a de pensar nas reformas educativas como atividades de princípios que proporcionem mudanças necessárias para acomodar o sistema educativo de um país aos objetivos nacionais e aos compromissos sociais adquiridos. Qualquer que seja a posição ideológica, considerou-se a educação como uma atividade de princípios com a qual se pode promover entre outras coisas, a justiça, a equidade, a formação de cidadãos democráticos ou a de trabalhadores mais precisos e competentes.

Assim, os caminhos das reformas e da escolarização, passam a ser um problema de administração social, visto que, é fundamental para a (re)constituição na formação do indivíduo. É necessário construir princípios que normalizam e dividam as capacidades atribuídas às funções entre professores e estudantes.

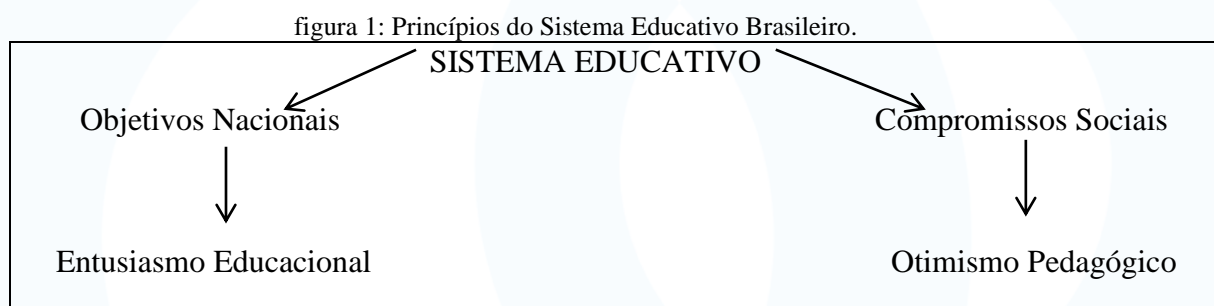
A priori, é válido destacar os motivos que nortearam as reformas educacionais brasileiras, como destaca Imbernón, *et al* (2000, p. 143), ao propor: “A ideia de reforma social na Europa e na América do Norte está relacionada com a construção da concepção moderna do Estado que foi levada da Europa para os cenários coloniais para dotar de um sistema administrativo as práticas de colonização.”

Esse cenário global, que decorreu no século XIX, exigiu uma enorme mudança de cunho social, cultural e material, ocasionados pela industrialização, pela urbanização, pelo auge da democracia liberal e pela prática do capitalismo. A busca pelo aprendizado tornou-se cada vez mais necessária. Como expõe Ferreira; Aguiar, *et al* (2000, p. 93): “A luta pela democratização da educação básica sempre mobilizou as camadas mais

populares e revestiu-se de um aspecto de indissociabilidade entre educação e trabalho, ou escola e emprego.”

Nessa dualidade, entende-se por luta como forma de defesa da sobrevivência e da obtenção de padrões mínimos de encontro com a satisfação das necessidades vitais de uma sociedade. A década de 1920, foi expressiva para as reformas educacionais que a sucederam, pois visaram estabelecer um ‘padrão educacional’ para a população brasileira.

Logo, buscou-se traçar objetivos que contemplassem a sua efetivação. Vejamos o exposto na figura a seguir, proposto por Nagle (2001, p. 243):



Fonte: Os autores, (2024).

Com os *Objetivos Nacionais*, propôs-se uma educação de qualidade, que contemplasse a diversidade das camadas da população brasileira e, o *Entusiasmo Educacional* com a importância atribuída à escolarização, como principal instrumento para acelerar a história do país. Nessa perspectiva, se pensava a escola como instrumento de participação política, isto é, a escola com uma função explicitamente política.

Assim, dentro da esfera dos *Compromissos Sociais*, com vistas ao *Otimismo Pedagógico*, resultou no anseio de que fosse possível alcançar os objetivos propostos, por meio de uma educação que contemplasse os aspectos sociais, culturais e ideológicos da população. Ou seja, os movimentos populares passaram a reivindicar uma participação maior na sociedade, por meio do ponto de vista escolar.

Cabe dizer, que as reformas na educação brasileira ao longo de sua implantação, sofreram divergências, haja vista a posição distinta entre Estados e Distrito Federal. São diversos os fatores que influenciam nas reformas, a saber: político, cultural, econômico e

social. Nesse viés, torna-se necessário a adoção de medidas que sejam condizentes com cada região, o que gera o ‘estadualismo’.

Nessa perspectiva, conforme aponta Nagle (2001, p. 244):

(...) ideário nacional, especialmente na década de 1920, vai encontrar terreno propício para a sua concretização nos estados e no Distrito Federal; este é outro reflexo do “estadualismo”. (...) entre 1920 e 1929, particularmente, a instrução pública nos estados e no Distrito Federal sofre muitas alterações, que resultam a ampliação da rede escolar, o melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares existentes, a criação de novas instituições, até mesmo de caráter paraescolar. (grifos do autor).

Para que haja a (re)modelação, as particularidades precisam ser observadas, para então propor caminhos que priorizem a importância das características do desenvolvimento natural do educando, bem como os esforços depreendidos para alterar o papel do educador.

Assim, como consequência, é substancial verificar a natureza do currículo, a noção de aprendizagem, os métodos e técnicas de ensinar-aprender, enfim, a reconstrução do aspecto interno das instituições escolares.

Na busca pela educação de qualidade, alguns estados brasileiros se destacaram por iniciar as principais reformas, a saber: São Paulo, Ceará, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco e Distrito Federal. Esses estados representaram o Brasil em uma ‘grande-pequena’ amostra do cenário nacional, composto pelas cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Cada estado, buscou propor os caminhos mais viáveis de acordo com as necessidades locais, porém o modelo educacional também passou a ser adotado pelos demais estados. Outrossim, as ‘partes’ passariam a representar o ‘todo’, com destaque no processo de ensino-aprendizado da educação primária, como expõe Nagle (2001, p. 245): “O esforço para reformar a instrução pública, portanto se processa juntamente com o esforço para proceder a remodelação.”

Nessa perspectiva apontada anteriormente, em 1920, a reforma paulista torna-se parâmetro para serem adotadas nas demais reformas. Para compreender a remodelação

na educação, é necessário observar algumas das principais reformas propostas para a nacionalização do ensino, como aponta Nagle (2001, p. 300):

De qualquer modo, nesse decênio começa a se operar uma mudança que deve ser ressaltada: a tendência é substituir o conteúdo “patriótico”, puramente sentimental e de teor idealista de nacionalismo por outro conteúdo que se baseia mais no “conhecimento” que se deve ter da terra e da gente brasileira. (...) Em parte por isso, as preocupações cívicas e nacionalizadoras infiltraram-se na escola – principalmente na primária – apenas em seus aspectos exteriores, por meio de festas e comemorações, discurso e juramentos.

Como é possível verificar, o percurso educacional passa a voltar-se para os mecanismos conteudistas, com foco na qualificação para atender as necessidades do capital, posto que, o processo de escolarização circunda em torno dos princípios do trabalho. Sendo a escola, grande vetor social, essa assume o papel de preparar para o mercado consumidor, por meio de projetos unificados que abranjam a nacionalização do ensino.

Na busca pela promoção do ensino, por meio da base, surgiu a expansão das oportunidades educacionais, uma vez que novos princípios passariam a conduzir uma ampla reforma, com espírito científico incorporado aos currículos. Logo, tem-se os requisitos que visariam a garantir a qualidade do ensino.

Em consonância, conforme expõe Ferreira; Aguiar, *et al* (2000, p. 29): “Em termos educacionais, entretanto, predominaram as propostas de universalização do ensino primário leigo, obrigatório e gratuito, sob a responsabilidade do Estado [...]”. Logo, fica assegurado à população o direito a escola básica, bem como os instrumentos legais e financeiros para garantir a sua viabilização por meio do Estado.

Com efeito, em função das reformas educacionais, é possível traçar caminhos que viabilizem o processo de ensino-aprendizado, que envolvem professor-aluno, no cenário evolutivo na história da educação brasileira, que visem atender a demanda escolar da sociedade.

2.2 DA POLÍTICA EDUCACIONAL À GESTÃO ESCOLAR

Para a vivência em sociedade, há a necessidade de se levar em consideração, o que pode ser chamado de ‘padrões’ de boa convivência. Na educação, não poderia deixar de ser diferente, uma vez que, para se alcançar os objetivos propostos, é preciso seguir caminhos norteadores que levem ao denominador comum, ensino-aprendizado.

Sendo assim, as políticas educacionais, são essenciais para que esse processo se efetive, bem como a importância da gestão escolar, que além de pôr em prática as políticas públicas em educação, uma vez que elas têm o papel de gerir os indivíduos que fazem parte da comunidade escolar. Conforme afirma Aristóteles *apud* Saviani (2001, p. 72): “[...] o homem é um animal político”, o que direciona ao fato de que todo ato humano, também é político.

Nesse contexto, ao evidenciar a dimensão política da educação, sendo que, essa é direcionada por ‘atos humanos’, conforme expõe Saviani (2001, p. 72) é: “[...] dizer que a educação é sempre um ato político não significaria outra coisa senão sublinhar que a educação possui sempre uma dimensão política, independentemente de se ter ou não consciência disso”. Logo, as práticas educativas, contém em sua essência uma dimensão política, que por sua vez é direcionada para uma dimensão educativa, sendo que essa relação se estabelece em forma de autonomia relativa e dependência recíproca entre as partes.

Nesse viés, a Política Educacional Brasileira, destaca como marco dois momentos significativos, que datam da década de 1930 com a participação da sociedade nas reivindicações e, 1970 em referência à reforma do ensino, por meio da Lei Nº. 5.692 com o princípio da flexibilidade. Para melhor compreender, torna-se necessário a observação da tabela abaixo que enumera os feitos nesse período, conforme aborda Saviani (2008, p. 41):

Quadro 1: A Educação Brasileira nas décadas de 1920 - 1930.

1924	Fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE).
1927	I Conferência Nacional de Educação.
1930	Força do Movimento da Escola Nova no Brasil.
1932	Lançamento do Manifesto dos Pioneiros.
1934	Polêmica com os Católicos em torno do capítulo da Educação da Constituição.

Fonte: Os autores, (2024).

As propostas em discussão entre 1924 e 1934, com pautas voltadas para as políticas públicas em educação, reforçaram as mudanças em destaque para o movimento da Escola Nova, uma vez que, condensou os educadores novos e os pioneiros da educação nova. Esse período, reflete o marco da ascendência escolanovista no Brasil, pois interferiu no interior da escola do ponto de vista político, ao propor que as escolas cumprissem certas funções políticas.

Em decorrência, a década de 1970, destaca uma nova política educacional, que visa o aligeiramento do ensino destinado às camadas populares, com foco no ensino de conteúdos que sejam relevantes e significativos para serem ensinados. Porém, não há ‘preocupação’ no aprendizado, visto que, o interesse está na reformulação curricular, conforme aponta Saviani (2001, p. 44) na: “[...] reformulação curricular por meio de atividade, áreas de estudos e disciplinas, determinando que o ensino, nas primeiras oito séries, se desenvolvesse predominantemente sob forma de atividades e áreas de estudo”.

Logo, é possível perceber que a preocupação em articular a escola como meio de participação política, democrática, passou para o plano técnico-pedagógico, visto que, passou-se do ‘entusiasmo pela educação’, ao acreditar que a educação poderia ser um instrumento de participação das massas no processo político, para o ‘otimismo pedagógico’, ao acreditar que as coisas vão bem e podem se resolver no plano das técnicas pedagógicas.

O percurso histórico da educação brasileira, perpassa pelos percursos históricos da educação global, posto que, de acordo com o exposto na Coletânea SBEH (2001, p. 67): “A história do nosso país sempre foi melhor explicada a partir de fora do que de dentro”. A visão macro da educação europeia, teceu padrões no desenvolvimento

educacional de outros países, embora no Brasil Anísio Teixeira tenha sido um dos maiores autores ao propor políticas públicas educacionais para a realidade do país.

Ao abordar o proposto pela Escola Nova, que também foi denominada com as expressões Escola Moderna, Escola Ativa, Escola Reformada, Escola Reformista, Escola Integral, Escola Progressiva, tem-se as implicações de expor os interesses de grupos de profissionais da área, bem como da sociedade. Como destaca a Coletânea SBHE (2001, p. 69):

Enfim pudemos verificar como é difícil comparar, mas também como é interessante, enriquecedor e significativo comparar, redefinindo e refinando nossos instrumentos de compreensão da realidade, de entendimento sobre os processos de circulação de concepções, modelos e estratégias da escola moderna em países latino-americanos, construindo, aproximando e debatendo hipóteses sobre as nossas condições de produção da educação e da escolarização, de conexão entre movimentos políticos e pedagógicos.

Vale ressaltar que, ao identificar os limites das experiências, é possível repensar e reinventar outras perspectivas, por meio da interlocução, que vise a investigação de caminhos hegemônicos que possam consolidar as práticas pedagógicas. Para o sucesso educacional, é válido evidenciar que a prática política, apoia-se na verdade do poder, enquanto a prática educativa, no poder da verdade.

Embora a sociedade tenha sua divisão em classes, aqui destaca-se a importância política da educação, pois reside em sua função a socialização do conhecimento, independente de classe social, visto que, com o caráter progressista da educação, tem-se a relevância política ao exercer sua função educativa.

Para o fortalecimento da educação, o Inciso VI, do Artigo 206, da CRFB, dispõe a gestão democrática do ensino público, na forma da lei, visto que, para Ferreira; Aguiar (2000, p. 55):

A gestão democrática pode ser lida por contraste com a gestão hierárquica que, sob a forma paternalista ou autoritária, tem sido hegemônica na condução da coisa pública. A gestão democrática é mais do que a exigência de transparência, de impessoalidade e moralidade. Ela expressa tanto a vontade de participação que tem se revelado lá onde a sociedade civil conseguiu se organizar autonomamente.



Nessa perspectiva, tem-se a gestão democrática como forma de participação no processo e no produto de políticas de governo, uma vez que, os cidadãos querem mais do que ser executores de políticas, querem além de serem ouvidos, ter sua presença efetiva nos momentos de elaboração das políticas públicas educacionais. Logo, evidencia-se o que é possível de denominar como colaboração recíproca no processo, que vise como metas principais dos governos municipais, estaduais, distrital e federal.

A democratização da educação, mediante os processos de participação, contou/conta com os movimentos civis, pois a busca pela democracia e pela justiça se tornou uma verdadeira escola social. Para somar ao processo, tem-se a constituição de uma cultura democrática que se valida desde os Conselhos Escolares até os órgãos normativos, como o Conselho de Educação. Tais seguimentos, circundam as responsabilidades por normatizações, reconhecimentos e credenciamentos ao tornarem-se co-responsáveis na medida do rigor e do zelo aos princípios abordados pelo Artigo 37, da CRFB: “[...] legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...]”, pois se submetem a esses princípios e os aplicam em seus atos.

2.3 DA LDB À FORMAÇÃO DO PROFESSOR: PRINCÍPIOS BÁSICOS

A educação brasileira, durante a sua trajetória passou por mudanças significativas que influenciaram no processo de ensino-aprendizado, por meio das políticas públicas em educação. A necessidade da elaboração de uma lei nacional de educação, que fosse capaz de promover o movimento de emancipação educativa que dela se espera, bem como a renovação pedagógica, tornou-se essencial.

Em sua aplicação, é válido destacar para sua eficácia, um olhar que se voltasse para o direito à educação do indivíduo, bem como o dever das competências públicas em sua oferta. Outrossim, sua aplicabilidade implica no processo de se educar para ser cidadão, para ganhar a vida e para viver com decência e dignidade em sociedade.

Nessa perspectiva, dentre as leis que norteiam o processo educacional, tem-se a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB), que desde sua criação passou por três mudanças significativas, a saber: Lei 4.024/61, Lei 5.692/71 e a versão atual Lei

9.394/96. Em suas formulações, tem como objetivo primordial estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional, ao formular os deveres propostos, para os municípios, os estados e o Distrito Federal. Logo, ao partir do pressuposto que a escola é um aparelho ideológico de estado, assume-se a premissa de sua importância na formação educacional do sujeito, tanto no campo do conhecimento quanto na formação para a vida.

Assim, conforme propõe a Lei 9.394/96, no Título I, Da Educação:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Com efeito, é possível verificar que, a educação, por meio do aparelho ideológico de estado que se torna a escola, desempenha papel formador importante para a comunidade escolar, a qual envolve. Não obstante, além de educar para o conhecimento, educa para a vida e para o trabalho.

Compreender sua dinâmica é essencial, e cabe ao poder público por meio de políticas públicas, garantir sua oferta tanto em suas estruturas físicas quanto em suas estruturas humanas para a efetivação. Vale ressaltar que, ainda hoje dentro da ‘revolução brasileira’, que se iniciou em 1930 em sua essência democrática, a saber: no campo político, com o voto secreto e livre, na economia com a legislação social e projetos econômicos, grandes são os desafios. Nesse contexto, no tange os reflexos políticos e econômicos na educação, Teixeira (1999, p. 204) deixa claro a relevância para o desenvolvimento da nação:

Porque este é o problema básico – econômico, político e social. Problema econômico – porque resolve o da igualdade de oportunidade para todos; político – porque habilita ao uso das franquias política; e social – porque cria a única hierarquia que não é iníqua: a do mérito e do valor. Somente, pois, com a sua solução é que o homem brasileiro estaria em boas condições de lutar pelas reivindicações posteriores – de melhor equilíbrio social.

Logo, o caminho para ‘solucionar’ ou ‘amenizar’ os reflexos que respingam no Brasil desde os primórdios da colonização, precisam passar pela educação, esta sim, tem o poder de fazer a tão necessária ‘revolução’ que o país precisa, pois promove a equidade na sociedade.

Ao negar esses princípios, nega-se a possibilidade da evolução do cidadão crítico-pensante, ao se afirmar, reforça-se sua relevância para a prosperidade do estado de direito. A escola, em sua função social e do conhecimento, tem na profissão do professor(a), fortes intencionalidade política, fator este, devido aos projetos e às finalidades sociais de que são detentoras. Cabe dizer, conforme explicita Nóvoa (1995, p. 17) que:

No momento em que a escola se impõe como instrumento privilegiado da estratificação social, os professores passam a ocupar um lugar-charneira nos percursos de ascensão social, personificando as esperanças de mobilidade de diversas camadas da população: *agentes culturais*, os professores são também, inevitavelmente, *agentes políticos*. (grifos do autor)

Ademais, tem-se na posição professor(a) o protagonismo no terreno da função histórica da escolarização, pois assume o papel de promover o real valor da educação. No momento que passa a fazê-lo, surge as condições para a valorização de suas funções, que *a posteriori* emerge a melhoria do seu estatuto socioprofissional.

Sua posição enquanto formador(a), se embasam nos princípios de sua ação educativa e na realização de um trabalho de relevância social, pautados em técnicas e instrumentos pedagógicos aos quais estão preparados para exercer.

Vale dizer que, a elaboração do currículo, precisa estar de acordo com as necessidades dos educandos, e a formação de professores precisa ser contínua e ofertada pela esfera educacional. De acordo com Nóvoa (1995, p. 28) sobre a formação de professores:

A análise da evolução dos currículos da formação de professores revela-nos uma oscilação entre três pólos: *metodológico*, com uma atenção privilegiada às técnicas e aos instrumentos da ação; *disciplinar*, centrado no conhecimento de uma dada área do saber; *científico*, tendo como referência as ciências da educação, numa perspectiva autônoma ou enquadradas por outras ciências sociais e humanas (especialmente a psicologia). (grifos do autor)

Vale dizer que, ao se abordar esses pólos, surgem a reprodução de dicotomias várias, no campo educacional, uma vez que, deixa o paradoxo que é possível observar entre o conhecimento fundamental / conhecimento aplicado, ciência / técnica e saberes / métodos. Cabe ao professor, nas atribuições de suas funções, dentro do idealismo escolar, atribuir sentido à sua ação presente.

Nesse viés, a produção de uma cultura profissional dos professores passa a ser um trabalho longo, que precisa ser realizado no interior e no exterior da profissão, que visem edificar normas de funcionamento e regulações profissionais.

Assim, a possibilidade de um desenvolvimento profissional, que se destaque de forma individual e coletiva, revela a necessidade de cada um criar suas condições para definir um ritmo e os caminhos que permitam basear a carreira no mérito e na qualidade. Para Teles (1992, p. 72): “O professor precisa ter não apenas competência, mas um tipo especial de personalidade (equilíbrio, empatia, etc.) para que tenha sucesso em sua missão”.

Logo, essa via de mão dupla que envolve os caminhos do ensino-aprendizado, na posição professor-aluno, precisa ser gerida com qualidade e responsabilidade, por meio das políticas públicas em educação. Com efeito, será possível visualizar a frente a formação de uma sociedade plena de seus direitos e deveres na prática, enquanto ser social, cultural, político e ideológico.

3 METODOLOGIA

O presente artigo é uma revisão da literatura, que tem como objetivo analisar as interrelações que existem no processo de gestão organizacional, tendo em vista, as políticas públicas em educação.

Para se alcançar o proposto tornou-se necessário analisar as discussões acerca do processo histórico da educação no Brasil, com base nas reformas implantadas no país no século XX e seus reflexos nas práticas educativas.

Nessa perspectiva, observou-se a importância das reformas pedagógicas, bem como as políticas educacionais, por meio da gestão escolar como meio de socialização do conhecimento para a formação educacional e social do sujeito.

Assim, para tais compreensões, buscou-se uma análise direcionada pela LDB na formação do professor, como princípios básicos para o processo de ensino-aprendizado na gestão, como suporte para a democracia educacional brasileira.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na discussão do tema proposto para a realização dessa pesquisa, *Da gestão à política educacional: princípios educacionais na formação de professores*, observou-se a relevância dos tópicos abordados em relação aos caminhos que norteiam a educação brasileira.

É válido destacar que, esses caminhos não se encontram ‘prontos e acabados’, mas sim ainda passam por mudanças significativas ao longo de sua implementação, uma vez que buscam ‘solucionar problemas’ que emergem na realidade cotidiana da sociedade.

Nesse contexto, compreender as reformas pedagógicas e suas práticas educacionais efetivas, na condução da formação do cidadão brasileiro, pode contribuir na atuação da gestão escolar, a qual ocupa a função de gerir as políticas públicas em educação. Outrossim, com a regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases Nacional (LDB) 9.394/96, a qual tece normativas que conduzem as ações que são atribuídas aos sujeitos envolvidos no processo educacional, tendem direcionar a busca pelo sucesso na formação do cidadão.

Assim, ao entender os princípios básicos que envolvem política-gestão-sociedade, na posição escola-gestor / professor-aluno, torna-se possível afirmar que, o estado em seu papel democrático é, por excelência, o estado que toma a si próprio a tarefa de manter essa liberdade, essencial ao desenvolvimento e progresso da sociedade e da educação.

5 CONCLUSÃO

A partir das nuances apontadas ao longo das discussões do cenário educacional brasileiro e suas transformações, conhecer os pormenores que envolvem as políticas e gestão na escola, por meio da gestão organizacional, requer a observação do planejamento, administração e gestão. Sejam eles, de cunho administrativo financeiro, político e recursos humanos, uma vez que fazem parte das políticas públicas que englobam o espaço educacional.

Assim, as reformas educacionais ocuparam papel evolutivo na educação, que influenciaram diretamente no papel da escola enquanto formação social, por meio da administração pública, papel este destinado à gestão escolar. Com efeito, a escola, por meio de seu papel educacional para o conhecimento e para vida, foi, é e continuará sendo grande vetor para a democracia educacional brasileira.

Nesse contexto, a importância de uma gestão administrativa não apenas para a escola pública, mas como um suporte para a democracia, tendo como meio a atuação do professor na condução do conhecimento, visa a emancipação do sujeito na sociedade.

Dessarte, trata-se de manter uma atmosfera de saber pelo saber, que busque preparar o ser humano que o serve e se desenvolve em suas práticas intelectuais, apto a conviver em um espaço de direito e de dever, que a sociedade propõe em suas práticas histórica, social, cultural e ideológica da condição humana.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S; FERREIRA, N. S. C. (Org). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2022.

IMBERNÓN, F. (Org). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2. ed. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

MEC, Ministério da Educação e Cultura. **Lei de diretrizes e bases**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/LDB.htm.pdf>>. Acesso em: 28 Mar. 2024.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NÓVOA, A. (Org.). **Profissão professor**. Tradutores Irene Lima Mendes, Regina Correia e Luísa Santos Gil. Lisboa: Porto Editora, 1995.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas/SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

Sociedade Brasileira de História da Educação. **Educação no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção memória da educação)

TEIXEIRA, A. S. **Educação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 6. ed. Comentada por Marisa Cassim. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

TEIXEIRA, A. **Educação para a democracia: introdução à administração educacional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

TELES, M. L. S. **Educação: a revolução necessária**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.